

Sabesp: preços de referência automáticos.

Cada unidade da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) faz suas próprias licitações. Até cinco anos atrás, os funcionários que compravam suprimentos pesquisavam os preços por telefone.

Por exemplo: uma unidade da Sabesp precisava comprar copos descartáveis. O analista de suprimentos ligava para alguns fornecedores, verificava o preço da última compra, e assim obtinha um preço de referência. “Só que coleta de preços por telefone não funciona”, acredita Álvaro Mendes, superintendente de suprimentos da Sabesp. O fornecedor informa um preço mais alto, porque não leva em conta a quantidade que a Sabesp pretende comprar. Do outro lado, os analistas não sabiam se compravam bem, pois pagavam o que costumavam pagar. Eles já tinham um sistema de licitações, mas faltava um método

para calcular um preço de referência mais confiável.

A solução veio de dentro da própria empresa. A Sabesp tem uma área de banco de preços, que usa metodologia para calcular preços de referência. As outras áreas consultam essa área de banco de preços antes de começar uma licitação. Se Álvaro transformasse essa metodologia em código, um sistema forneceria preços de referência com base em compras anteriores. O sistema de licitações tinha dados desde 1997.

Álvaro desenvolveu um sistema para uma unidade de informática que, na época, fazia parte da superintendência de suprimentos. (Ele nem precisou pedir nada para a área de informática; hoje, essa unidade faz parte da área de informática.)

Desconto de 8%

O sistema já funciona há cinco anos, e todo mês calcula os preços de referência. Os analistas de suprimentos não precisam mais pesquisar preços pelo telefone. Em vez disso, procuram no sistema o material que vão comprar. Eles conseguem comprar melhor tendo um preço de referência, porque podem pedir descontos maiores. Se o fornecedor cobra mais que o preço de referência, nem participa da licitação.

Todas as unidades podem acessar os preços de referência. As unidades fornecem os dados de cada licitação para o sistema, que inclui esses dados nos próximos cálculos. O sistema vai ajustando os valores a cada mês. Quando o analista quer comprar copos descartáveis, o sistema informa o preço de referência e o último preço que a empresa pagou. Assim ele tem uma base para orientar suas decisões.

Com esse processo, a Sabesp consegue desconto médio de 8% em relação ao preço de referência. Álvaro ouve falar de outras empresas públicas comprando com desconto de 30% e acha esquisito. “Talvez elas tenham o preço referencial errado.”

Banco de Preços Referenciais para Materiais.

Órgão responsável: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP.

Site: www.sabesp.com.br

Parceiro de implementação: diretoria de tecnologia, empreendimentos e meio-ambiente da Sabesp, que ajudou a montar e definir a metodologia.

Custo: não informado.

Usuários: analistas de licitações e técnicos de suprimentos em todas as unidades da empresa.

Fornecedor: o sistema foi desenvolvido pela equipe de TI da empresa.

Data de término do projeto: 1999.

Principais benefícios do projeto: Com o preço de referência para cada licitação de suprimentos, a empresa tem melhor controle das compras e consegue um desconto médio de 8% em relação ao preço de referência.

divulgação



Álvaro: coletar preços por telefone não funciona.

O documento eletrônico torna o transporte mais rápido

As Secretarias de Fazenda de São Paulo e do Rio Grande do Sul queriam fazer com o conhecimento de transporte algo parecido com o que fizeram com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O conhecimento de transporte, para a transportadora, equivale a uma nota fiscal. O motorista não sai enquanto o conhecimento não estiver pronto. Ele viaja com uma via do documento até o destino, e espera o destinatário conferir as informações. Transportadora e destinatário guardam cada um suas vias do conhecimento.

Todo mês, a secretaria de Fazenda de cada estado recebe suas próprias vias. Nas empresas, o pessoal de contabilidade tem que digitar as informações de cada documento emitido durante o mês para fazer seus controles.

Juntar tudo

O projeto da NF-e começou em 2005 e entrou em fase de testes em 2006. Em 2007, quando outros estados ainda trabalhavam para terminar o projeto, São Paulo e Rio Grande do Sul já estavam processando as notas.

“Aqui em São Paulo, já emitimos 15 milhões de notas eletrônicas com validade jurídica”, diz Newton Oller de Mello, coordenador da Coordenadoria de Planejamento Estratégico de Modernização Fazendária (CPM). Os dois estados queriam modernizar outros documentos fiscais.

Então decidiram substituir o conhecimento de transporte em papel por um documento eletrônico, o CT-e.

O projeto CT-e segue o mesmo padrão da NF-e: padrões abertos, transmissão de dados em formato XML e certificação digital da ICP-Brasil. Assim como aconteceu com a NF-e, a fase de teste inclui empresas voluntárias e entidades que representam as transportadoras.

Com o CT-e, a transportadora envia os dados

eletronicamente para a Secretaria Estadual de Fazenda. O sistema da secretaria analisa os dados, autoriza o transporte na mesma hora e manda a autorização para a transportadora. O processo todo leva alguns segundos. Nas empresas, a contabilidade integra o documento eletrônico a seus sistemas de controle.

Segundo Newton, a parte mais difícil do projeto foi juntar todos os documentos fiscais num só. Hoje em dia, cada modalidade de transporte (aéreo, rodoviário, fluvial) tem seu próprio formato de conhecimento de transporte. O CT-e vai ter um formato único para todas as modalidades.

A Secretaria de Fazenda de São Paulo já recebeu mais de 100 mil documentos de CT-e na fase de teste.

Newton espera processar os primeiros documentos com validade jurídica em março de 2009.

Conhecimento de Transporte Eletrônico — CT-e.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo — Sefaz.

Site: www.fazenda.sp.gov.br/cte

Parceiros de implementação: Serpro, Prodesp, Procergs, Receita Federal, Secretarias de Fazenda Estaduais, Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), Suframa, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Associação Nacional dos Transportadores de Carga e Logística (NTC) e empresas transportadoras voluntárias.

Custo: R\$ 15 milhões.

Usuários: empresas transportadoras de cargas, contabilistas, agentes fiscais das secretarias estaduais de fazenda e Receita Federal.

Fornecedores: Microsoft.

Data de término do projeto: previsto para o início de 2009 em São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Principais benefícios do projeto: agiliza o trabalho das transportadoras, simplifica a escrituração fiscal e contábil, aumenta a arrecadação.

divulgação



Newton: o sistema analisa os dados, autoriza o transporte e manda a autorização para a transportadora na mesma hora.

O Ciasc põe fim às informações arredondadas

Em junho de 2007, Hugo Cesar Hoeschl, diretor-presidente do CIASC, apresentou o sistema Gestão Multimídia ao governador do estado. “Foi impressionante”, diz Hugo. O governador recebe muita informação “arredondada” dos assessores, como diz Hugo: numa região os crimes caíram, noutra faltam professores, noutra faltam escolas. O jeito é acreditar.

Com o sistema, o governador pode ter todas essas informações na tela do computador, em números e gráficos, que ele pode detalhar o quanto quiser. E também pode cruzar informações: a criminalidade diminuiu e o número de crianças na escola aumentou; é só coincidência? A reação do governador e de outros gestores no governo foi parecida, diz Hugo. “Ficaram de queixo caído.”

Hugo diz que o projeto só saiu porque muita coisa aconteceu ao mesmo tempo. Primeiro,

os funcionários do CIASC organizaram as bases de dados: eliminaram registros duplicados e informações inconsistentes. Os técnicos do CIASC começaram a testar aplicativos de análise estatística dos dados (BI). Diferentes áreas do governo — educação, segurança, saúde, finanças — tocavam projetos independentes de visualização de informações.

Há dois anos, Hugo percebeu que esses sistemas estavam indo bem, e dava para integrá-los. “O sistema é fruto de um amadurecimento.”

Hábito de consulta

O governo já tinha informações dos últimos 30 anos, mas ficavam espalhadas por 74 bases de dados em vários órgãos. Hugo juntou tudo num banco de dados central e criou um sistema para buscar os dados, cruzá-los e apresentá-los graficamente.

O usuário do sistema pode escolher que dados quer cruzar. Por exemplo: mais gente visita o Balneário Camboriú na alta temporada. As lojas vendem mais, a polícia prende mais, os hospitais socorrem mais gente.

Então o governo já sabia que ia arrecadar mais ICMS, alocar mais policiais, contratar médicos. Mas quanto?

O sistema levanta esses dados nos últimos anos: quanto o governo arrecadou na temporada, quantos crimes aconteceram, quantos pacientes os hospitais socorreram. Então o secretário da saúde sabe quantos médicos precisa mandar para o balneário.

Hugo testou o sistema durante todo o primeiro semestre deste ano. Agora quer introduzir no governo o hábito de consultar o sistema e de gerenciar por indicadores.

Em 2009, ele começa a abrir o acesso para cada vez mais pessoas: primeiro os diretores dos órgãos públicos, depois os gerentes, e por último todos os funcionários.

Gestão Multimídia.

Órgão responsável: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina — CIASC.

Site: www.ciasc.gov.br

Parceiro de implementação: Governo do Estado de Santa Catarina.

Custo: não informado.

Usuários: governador, secretários do estado e seus assessores diretos, diretores e secretários executivos.

Fornecedor: o sistema foi desenvolvido internamente, e usa recursos já existentes.

Data de término do projeto: o CIASC testou o sistema durante o primeiro semestre deste ano, e agora está implementando para os primeiros usuários (diretores, secretários executivos). O plano é abrir gradativamente para gerentes, depois para todo o corpo funcional e terminar em 2011, com informações disponíveis para toda a população.

Principais benefícios do projeto: os gestores podem decidir sobre saúde, educação, segurança, finanças e gestão com base em indicadores gerados a partir de um histórico de informações de 30 anos. O sistema permitiu prever a arrecadação com acerto de 98,6%.

divulgação



Hugo: o sistema é fruto de um amadurecimento.

Um sistema para gerenciar o atendimento nos hospitais do Paraná

Um paciente chega ao pronto-socorro, preenche uma ficha, espera o atendimento, depois conta seu problema ao médico. Se o paciente tiver de ser internado, um funcionário do hospital liga para os hospitais públicos ou conveniados com o SUS (Sistema Único de Saúde) até encontrar um leito disponível. A Secretaria da Saúde do Estado do Paraná queria um sistema para melhorar o atendimento e a gestão nos hospitais e nos ambulatórios públicos, e evitar situações como essa.

No começo de 2007, a secretaria formou um grupo de representantes de vários hospitais para levantar os requisitos para o sistema. Por quatro meses, o grupo se reuniu a cada 15 dias para discutir os requisitos. Em julho de 2007, os técnicos da Companhia de Informática do Paraná, a Celepar, tinham um documento com mais de 100 páginas de requisitos, e começaram a procurar um sistema de código aberto que atendesse as necessidades dos funcionários dos hospitais.

Não foi fácil, conta Dirceu Grein, analista de sistemas da Celepar. A maior parte dos sistemas de gestão hospitalar é proprietária — e cara. Dirceu encontrou só uma alternativa de código aberto: um sistema desenvolvido pelo departamento de informática do SUS, o DataSUS.

Novo é melhor

O sistema do DataSUS parecia adequado para o que os técnicos da Celepar queriam. Só que o sistema tinha vários problemas: a arquitetura era antiga, a manutenção era difícil e o sistema usava alguns componentes proprietários. “Mesmo assim, nós resolvemos avaliar o sistema”, diz Dirceu, “e nos comprometemos a corrigir o módulo ambulatorial.” Depois de um tempo, Dirceu percebeu que não valia a pena investir naquele sistema; era mais fácil desenvolver um novo. Foi o que fez.

Dirceu não considera o sistema do DataSUS como uma perda de tempo. Tudo o que ele tinha era uma lista com requisitos, então o sistema serviu

para validar os requisitos, para ver se a Celepar ia na direção certa. “Serviu para aprender alguma coisa.”

Em março, Dirceu implementou o módulo ambulatorial (adaptado do sistema do DataSUS) no Centro Hospitalar de Reabilitação do Estado do Paraná, em Curitiba. Esse primeiro módulo abre prontuários, controla a agenda dos médicos, registra o atendimento, agenda consultas e fatura os procedimentos ambulatoriais.

Enquanto o centro hospitalar testa o sistema, Dirceu desenvolve os módulos de unidades de internação e regulação de acesso. Mais de 500 hospitais particulares do Paraná assinaram convênio com o SUS. Os novos módulos vão autorizar internações e faturar serviços prestados por esses hospitais.

Em 2009, ele vai desenvolver os módulos do pronto-atendimento e de parte dos serviços de diagnóstico e terapia. Em 2010 vêm os módulos de suprimentos e de centro cirúrgico.

divulgação



Dirceu: a maior parte dos sistemas de gestão hospitalar é proprietária — e cara.

Sistema de Gestão da Assistência de Saúde do SUS — GSUS.

Órgão responsável: Companhia de Informática do Paraná — Celepar.

Sítio: www.pr.gov.br/sesa

Parceiros de implementação: Secretaria Estadual de Saúde (PR), hospitais da SESAPR, hospitais universitários, Hospital das Clínicas de Curitiba, Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (Campinas), DATASUS.

Custo: R\$ 1 milhão (mais R\$ 1,5 milhão previstos, mas não aprovados).

Usuários: médicos, terapeutas, enfermeiros e funcionários dos hospitais.

Fornecedores: Intel, Samsung, Cash Way e Lexmark.

Data de término do projeto: a previsão é instalar o sistema em todos os hospitais estaduais do Paraná até agosto de 2010.

Principais benefícios do projeto: no piloto, o GSUS melhorou o controle das atividades operacionais, do atendimento e do faturamento.

A Justiça interliga suas ilhas

O Ministério da Justiça tem uma estrutura complexa: órgãos específicos para lidar com informações criminais, execução penal, defesa do consumidor. O ministério precisava compartilhar as informações sobre justiça e segurança pública entre seis órgãos: o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o Depen (Departamento Penitenciário Nacional), o DPF (Departamento de Polícia Federal), o DPRF (Departamento de Polícia Rodoviária Federal), a DPU (Defensoria Pública da União) e a Funai (Fundação Nacional do Índio).

Só que cada um desses órgãos tinha sua própria rede, que não se conectava às outras. Se alguém do Cade precisava de uma informação da Polícia Federal, telefonava e pedia um fax.

“As redes eram ilhas”, lembra Jorilson da Silva Rodrigues, coordenador-geral de tecnologia da informação do Ministério da

Justiça. “Precisávamos construir pontes entre essas ilhas.”

Jorilson começou a construir as pontes no fim de 2005, usando a arquitetura escolhida pelo ministério em 2004. Assim nasceu o projeto Infovia.

Jorilson terminou a primeira fase da Infovia em dezembro de 2006: a rede conectou cada sede dos órgãos em Brasília. Na segunda fase do projeto — de novembro de 2007 a maio de 2008 —, Jorilson conectou os órgãos responsáveis por defensoria pública e assuntos penitenciários nos 26 estados e no Distrito Federal.

Trabalho pesado

Agora vem o que Jorilson chama de “fase pesada”. O plano é levar a Infovia a 15 mil pontos.

Para não gastar muito, o ministério vai bancar só a conexão entre os órgãos e um ponto em cada estado. Os estados vão definir quais pontos querem incluir na Infovia — e pagar pela conexão. Um estado pode querer interligar todas as delegacias de polícia, por exemplo, ou todas as penitenciárias.

Os seis órgãos e a área de informática do ministério formaram um comitê para gerenciar o projeto e compartilhar a gestão de TI. Na fase atual, os seis órgãos já podem comprar circuitos, consultoria e equipamentos de rede em conjunto.

No futuro, poderão comprar notebooks, servidores, cartuchos de impressoras. Assim os órgãos compram mais itens e conseguem bons descontos.

O projeto Infovia deve terminar em 2013. Informações compartilhadas facilitam as investigações.

“Temos informações sobre vários assuntos, e todas elas ficavam isoladas”, diz Jorilson. “Congregar todas essas informações é muito importante, do ponto de vista da inteligência.”

Hamilton Penna



Jorilson:
o plano é levar a Infovia a 15 mil pontos.

Infovia.

Órgão responsável: Ministério da Justiça.

Site: www.mj.gov.br

Parceiro de implementação: Embratel.

Custo: R\$ 20 milhões gastos até 2008; a previsão total é de R\$ 300 milhões.

Usuários: funcionários dos órgãos ligados ao Ministério da Justiça.

Fornecedores: Embratel, Brasil Telecom, Serpro, SonicWall, Dell, Cisco e Politec.

Data de término do projeto: a fase para conectar os cinco órgãos do ministério terminou em 2006; a fase para conectar os órgãos de defensoria pública e assuntos penitenciários nos 27 estados terminou no primeiro semestre de 2008. O projeto todo acaba em 2013.

Principais benefícios do projeto: permite gerenciamento compartilhado da rede de cada um dos cinco órgãos do Ministério da Justiça. Com isso, o ministério economiza e interliga sistemas mais rápido.

Nota fiscal eletrônica: uma nova cultura na Petrobras Distribuidora.

Até outubro de 2006, os funcionários da Petrobras Distribuidora tinham de gerar seis vias ao emitir cada nota fiscal. Eles preenchiam as notas e as enviavam para os departamentos envolvidos no processo; em cada departamento, outros funcionários digitavam no sistema os dados de cada nota, checavam as informações e encaminhavam as notas para a Receita Federal no final do mês. Às vezes, algumas notas voltavam para correção. A Petrobras Distribuidora emite uma média de 18 mil notas fiscais por dia.

Em setembro de 2005, a Petrobras Distribuidora foi convidada pela Administração Tributária Estadual e pela Receita Federal para participar do Projeto NF-e, que substituiria as notas fiscais de papel por notas fiscais eletrônicas. A proposta foi feita para cerca de 200 empresas e a primeira NF-e deveria ser emitida até outubro de 2006.

Apenas 19 empresas aceitaram o convite, e a Petrobras Distribuidora foi uma delas. Era uma oportunidade para reduzir erros, retrabalhos, custos com papel, impressoras e copadoras.

Sem margem de erros

Mas a Petrobras Distribuidora tinha pouco tempo para se adequar à NF-e; e o processo de emissão de notas fiscais exigia o trabalho de umas 300 pessoas, em 129 pontos de faturamento. A solução foi desenvolver um sistema de integração em parceria com a SAP.

Os módulos de distribuição de vendas e gerenciamento de material do sistema de gestão SAP que a Petrobras Distribuidora já utilizava foram modificados, assim ele poderia trocar informações com fornecedores e com a Secretaria da Fazenda. “Precisávamos de uma mudança de cultura”, diz Nelize Stringari, gerente de produção de TI da Petrobras Distribuidora. “Não haveria mais margem de erro. Toda a nossa infra-estrutura e o nosso

banco de dados teriam que estar preparados.”

A Petrobras Distribuidora criou uma cultura para que os funcionários emitissem as notas corretamente logo da primeira vez — pois o arquivo seria enviado imediatamente para a Receita. Se alguém mudasse alguma coisa na nota fiscal, todos os funcionários dos outros departamentos receberiam um aviso da mudança.

Ela cumpriu o prazo da Secretaria da Fazenda e passou a emitir as notas eletronicamente. A empresa, diz Nelize, reduziu a burocracia e reduziu a quantidade de papel; ela então consome menos recursos do ecossistema.

As empresas que participaram do projeto tiveram a oportunidade de trocar informações com o Fisco, diz Nelize. “Não recebemos apenas uma ordem de mudança. Nós pudemos conhecer as metas, e também pudemos informar as nossas necessidades.”

Nota Fiscal Eletrônica.

Órgão responsável: Petrobras Distribuidora.

Site: www.br.com.br

Parceiros de implementação: Petróleo Brasileiro, SAP, Certisign, Accenture.

Custo: R\$ 1,7 milhão.

Usuários: 466 funcionários envolvidos nos processos de faturamento e tributários.

Fornecedores: Sun Microsystems e SAP.

Data de término do projeto: março de 2008

Principais benefícios do projeto: maior controle da operação; padronização e pré-validação das notas; eliminação das autuações; redução dos custos com impressão, armazenagem e envio de documentos fiscais; integração eletrônica com clientes e fornecedores; fim da digitação de documentos fiscais.

divulgação



Nelize: com notas fiscais eletrônicas, a empresa reduziu a burocracia e agora gasta menos papel.

A arrecadação cresce 15% com a Nota Fiscal Paulista

Desde outubro de 2007, os paulistas que pedem nota fiscal no varejo podem pagar menos IPVA (imposto cobrado de quem tem carro): basta dar o número do CPF ao atendente da loja. O projeto, chamado Nota Fiscal Paulista (NFP), se inspira no projeto da nota fiscal de serviços, da prefeitura de São Paulo, que dá desconto no IPTU.

“É um projeto de mudança cultural”, diz Newton Oller de Mello, coordenador da Coordenadoria de Planejamento Estratégico de Modernização Fazendária (CPM) da Secretaria da Fazenda de São Paulo. Ele explica: antes, os consumidores só pediam nota quando eram mal atendidos, “como se fosse uma vingança”. Agora, diz Newton, as pessoas se acostumaram a pedir a nota fiscal em todas as compras. A idéia do projeto é essa: arrecadar mais com a ajuda das pessoas — sem aumentar impostos.

As lojas podem emitir notas fiscais no portal

da Secretaria da Fazenda, ou transmitir as notas e cupons tradicionais todo mês por arquivos de texto, por aplicativos acessíveis via Internet (web services) ou digitando as informações no portal.

Mais de 400 mil estabelecimentos já emitiram quase 2 bilhões de notas e cupons fiscais. Há dias em que a secretaria recebe mais de 25 milhões de documentos. Para suportar esse volume, investiu em sistemas de armazenamento, circuitos de dados e servidores dedicados.

A cada compra, o consumidor recebe 30% do ICMS pago pela loja, na forma de créditos. Ele pode descontar o valor dos créditos do IPVA ou transferir o valor para sua conta no banco.

A Secretaria da Fazenda já distribuiu quase R\$ 350 milhões em créditos. 13 milhões de pessoas já pediram a Nota Fiscal Paulista. 2,5 milhões se cadastraram no portal da secretaria para acompanhar e resgatar seus créditos.

Sorteio de dinheiro

Em 15 de dezembro de 2008, a Secretaria da Fazenda faz o primeiro sorteio de prêmios entre as pessoas cadastradas. A cada R\$ 100,00 em notas fiscais, o consumidor recebe um bilhete eletrônico para concorrer. Os prêmios são de R\$ 200 mil, R\$ 120 mil e R\$ 80 mil para o primeiro sorteio, especial de Natal. Com os sorteios, Newton espera que mais pessoas peçam nota fiscal e se cadastrem.

No primeiro semestre de 2008, o estado arrecadou 15% a mais de ICMS do que no primeiro semestre de 2007, quando a NFP ainda não existia. “Mas é difícil saber quanto disso se deve à NFP”, diz Newton. Segundo ele, o governo começou a combater a sonegação de diversas formas — a NFP é uma delas.

Além disso, quando o lojista vende com nota fiscal, ele vai comprar do atacadista com nota fiscal. O atacadista vende com nota fiscal, então compra da indústria com nota fiscal. “Regulariza toda a cadeia.”

Nota Fiscal Paulista — Uso Massivo da TI.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo — Sefaz-SP.

Site: www.nfp.fazenda.sp.gov.br

Parceiros de implementação: Fundação Procon, Acessa-SP, Poupatempo e Prodesp.

Custo: R\$ 30 milhões até agora; mais R\$ 30 milhões previstos para 2009.

Usuários: consumidores que pedem a NFP e acompanham os créditos pelo portal na Internet, lojas que registram a NFP no portal e fiscais da Secretaria da Fazenda.

Fornecedores: HP, Intel, Fujitsu e Microsoft.

Data de término do projeto: outubro de 2007, mas a Sefaz desenvolve novos módulos: sorteios, reclamações, entidades beneficentes.

Principal benefício do projeto: o governo aumentou a arrecadação, sem aumentar os impostos.

divulgação



Newton: as pessoas se acostumaram a pedir a nota fiscal em todas as compras.

Sistema coleta e distribui informações da polícia mineira

Para os delegados, escrivães e policiais civis de Minas Gerais, o problema não era falta de tecnologia: eles usavam, desde 1998, um sistema chamado Módulo 4. O problema é que eles não gostavam do sistema. O Módulo 4 era um sistema para mainframe, com informações desatualizadas e telas feias. Além disso, se limitava às tarefas relacionadas ao inquérito policial, explica Osmiro Camilo Coelho, diretor de estatística criminal da Coordenação Geral de Segurança da Polícia Civil (Coseg). “A Polícia Civil sempre quis um sistema que abrangesse todos os processos.”

Em novembro de 2005, uma comissão de delegados, escrivães, investigadores, peritos, médicos legistas se reuniu pela primeira vez para definir um novo sistema de inquéritos policiais. Osmiro coordenou a comissão. Em janeiro de 2006, os técnicos da empresa de informática de Minas, a Prodemge, começaram a desenvolver o sistema. Oito meses depois, ele já estava funcionando em cinco delegacias.

Novas estatísticas

Desde então, a comissão se reúne todas as quartas-feiras de manhã. Logo nas primeiras reuniões, Osmiro percebeu que um sistema de inquérito policial não seria suficiente. O inquérito depende de informações que vêm de vários outros procedimentos da polícia. Enquanto mapeava esses procedimentos (alguns já faziam parte do Módulo 4, outros usavam sistemas diferentes, outros eram feitos em papel), Osmiro percebia que o ideal seria que cada um deles fosse um módulo de um grande sistema, com interface web e acessível para toda a polícia civil; um sistema que fosse o ponto único para coletar e distribuir informações.

“Teria de ser algo muito maior do que pensávamos”, lembra Osmiro. Então os técnicos da Prodemge começaram a desenvolver os novos módulos.

A Prodemge tem agora 50 pessoas trabalhando no projeto — no começo, eram nove. As delegacias têm acesso imediato a informações sobre pessoas investigadas, veículos, armas. O chefe da polícia pode saber a qualquer momento o que acontece em cada delegacia, desde que a delegacia use o sistema.

Em dezembro de 2006, 54 delegacias de Belo Horizonte começaram a usar os módulos de auto de prisão em flagrante, diligência preliminar, acompanhamento, estatística e auditoria. A Prodemge incluiu outras 144 delegacias em 2007, e instalou novos módulos.

Agora, Osmiro começa a levar o sistema para outras cidades: Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberaba e Uberlândia. Até a metade de 2009, os técnicos da Prodemge querem desenvolver outros 20 módulos.

O PCNet completo, com 80 módulos, deve ficar pronto no segundo semestre de 2010.

PCnet.

Órgão responsável: Companhia de TI do Estado de Minas Gerais — Prodemge.

Site: www.prodemge.gov.br

Parceiro de implementação: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Custo: R\$ 1,7 milhão.

Usuários: delegados, escrivães e agentes da Polícia Civil.

Fornecedor: a própria equipe da Prodemge.

Data de término do projeto: agosto de 2010.

Principais benefícios do projeto: acelerou os processos de auto de prisão em flagrante delito, boletim de ocorrência e consulta de antecedentes, que antes eram feitos por meio de papéis e telefonemas. O chefe de polícia sabe o que acontece nas delegacias, em tempo real. O sistema também armazena todas as informações sobre investigações, que depois os policiais podem consultar.

O Plenário Virtual agiliza o trabalho dos ministros do STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 140 mil casos em 2007: uma média de 12.800 casos para cada um dos 11 ministros. Na Suprema Corte dos Estados Unidos (que equivale ao STF), cada ministro julga mil casos por ano.

O papel do STF é dizer se decisões e leis ferem a Constituição. “O problema”, diz Tiago Peixoto, chefe da seção de sistemas de gabinetes e julgamentos do STF, “é que o STF virou mais uma etapa do judiciário.” O STF recebe muitos casos de instâncias inferiores. Até brigas de trânsito vão parar no STF.

Esses processos que sobem até o STF são chamados recursos extraordinários — e são a maioria. Até 2006, os ministros precisavam julgar cada um deles. O presidente Lula sancionou, em dezembro de 2006, uma lei que criava a repercussão geral, uma espécie de autorização para pré-julgamento: antes de

julgar um caso, os ministros do STF teriam o direito de analisar o processo e decidir se ele seria relevante o suficiente (se teria repercussão geral) para um julgamento no STF. Os processos rejeitados voltariam para a origem.

A repercussão geral devia ser um julgamento muito rápido: a idéia era analisar o caso logo, definir se era relevante ou não, e liberar os ministros para tratar dos casos relevantes. Não foi o que aconteceu. Os assessores dos ministros precisavam analisar o mérito de cada caso antes de marcar a sessão de análise da Repercussão Geral. Uma sessão durava uma tarde, mas demorava para ser marcada.

Protótipo simples

No primeiro semestre de 2007, uma comissão com vários representantes do STF — dos gabinetes, das secretarias, da informática — começou a pensar em uma solução para acelerar o julgamento da repercussão geral. A comissão resolveu criar um sistema de plenário virtual.

Os analistas do STF prepararam um protótipo com base nos requisitos da comissão e apresentaram o protótipo ao ministro Cezar Peluso (hoje ele é vice-presidente do STF). Peluso achou que o sistema estava muito complicado: cada ministro precisava votar e escrever um parecer sobre cada caso. Ele quis simplificar: só o relator teria de escrever o parecer, com base no voto dos ministros. Os analistas reescreveram e simplificaram o sistema.

O novo sistema tem uma sessão virtual que começa assim que o relator libera o processo. É uma sessão que só existe na tela do sistema. Cada sessão tem prazo de 20 dias — e pode haver várias sessões simultâneas. Os ministros digitam usuário e senha para entrar na sessão, analisar o processo e votar. Depois que os ministros votam, o sistema gera um texto que informa o que eles decidiram.

A meta do STF é reduzir em 30% a entrada de recursos extraordinários.

Plenário Virtual da Repercussão Geral do RE.

Órgão responsável: Supremo Tribunal Federal.

Site: www.stf.gov.br

Parceiros de implementação: Comitê do Processo Eletrônico (formado por representantes de gabinetes, da Secretaria Judiciária e da Secretaria de TI do STF) e o ministro Cezar Peluso.

Custo: o sistema foi desenvolvido por dois técnicos do próprio STF e roda em computadores já existentes.

Usuários: ministros do STF e seus assessores.

Fornecedor: o STF aproveitou a infra-estrutura existente.

Data de término do projeto: outubro de 2007.

Principal benefício do projeto: os ministros gastam menos tempo analisando e julgando recursos extraordinários, que vêm de instâncias inferiores.

Em Santa Catarina, transparência nas contas públicas.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC) queria fiscalizar melhor as contas dos órgãos públicos. O TCE já usava um sistema para fiscalizar as contas, mas recebia relatórios a cada dois meses. numa conversa com os diretores técnicos do CIASC, o conselheiro do TCE Moacir Bértoli teve a idéia: se meu banco pode emitir um extrato que mostra a situação atual de minha conta, por que não posso ter a mesma velocidade no controle das contas públicas? Por que não posso ter um extrato com os relatórios contábeis atualizados até ontem? “Dá para fazer?”, ele perguntou aos diretores do CIASC.

Os analistas do CIASC começaram a desenvolver o sistema em 2005, aproveitando o formato de arquivo que o TCE já usava.

“Nós desenvolvemos”, diz Orion Borba, assessor de pesquisa e desenvolvimento do CIASC, “mas quem entende do negócio é o TCE.”

Ele desenvolveu o sistema com base em definições que o pessoal do gabinete do conselheiro enviava. O sistema vai além da contabilidade: inclui gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos.

Contas em tempo real

Em 2007, o sistema começou a rodar em versão piloto em quatro unidades: na prefeitura de Blumenau e na de Joinville, na Câmara Municipal de Florianópolis e no próprio CIASC. Essas unidades precisaram ajustar seus processos para lançar as informações em seus sistemas administrativos todos os dias. No fim do dia, um funcionário aperta uma tecla e o sistema gera e envia o arquivo para o CIASC. As máquinas do CIASC validam o arquivo e publicam as informações num portal web.

As informações ficam disponíveis para os gestores, para as controladorias municipais e para o TCE.

Com o sistema, o TCE pode acompanhar o

que acontece nos órgãos públicos em tempo real: sabe quanto cada um arrecada, quanto gasta, quanto investe em saúde, educação, segurança.

O gestor também acessa essas informações, e sabe como andam as contas de sua empresa.

“O gestor tem a segurança de que está trabalhando certo”, diz Hugo Hoeschl, diretor-presidente do CIASC, “e o órgão de controle pode acompanhar em tempo real.”

O objetivo do sistema é evitar o desperdício e aumentar a transparência. O TCE pensa em tornar o sistema obrigatório em todos os órgãos do governo. No futuro, também quer publicar essas informações na Internet, para quem quiser acessá-las.

A câmara municipal de Florianópolis vai ser a primeira a publicar suas contas diárias na Internet.

Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno.

Órgão responsável: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina — CIASC

Site: www.ciasc.sc.gov.br

Parceiro de implementação: Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Custo: não informado.

Usuários: prefeituras municipais de Blumenau e Joinville; Câmara Municipal de Florianópolis.

Fornecedor: o sistema foi desenvolvido internamente e usa recursos já existentes.

Data de término do projeto: 2008.

Principais benefícios do projeto: o sistema permite que os órgãos de controle avaliem as contas das prefeituras e das câmaras municipais com relatórios contábeis diários. Antes, o controle era manual.

divulgação



Hugo: a Câmara Municipal de Florianópolis pretende publicar suas contas todo dia na Internet.

Uma rede extra para as notas fiscais eletrônicas de São Paulo

Quando a prefeitura de São Paulo começou a emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de serviços, em julho de 2006, todas as notas fiscais fluíam pela rede da empresa de informática do município junto com outros dados, de outros aplicativos. Nesse começo, o número de notas emitidas aumentou muito. Um mês depois, quando a prefeitura começou a emitir 1 milhão de notas por mês, Mauricio Hanashiro, gerente de redes e segurança da informação da Prodam, ficou preocupado. Ele não esperava uma quantidade tão grande de notas.

“Isso pode ir para 5 ou 10 milhões”, Mauricio disse à equipe. “A gente não sabe o que pode acontecer.”

Com a rede compartilhada, qualquer problema ou manutenção pararia o sistema da NF-e — que não pode parar. A NF-e precisava de uma rede só para ela.

Infra-estrutura — Telecom para Nota Fiscal Eletrônica.

Órgão responsável: Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de São Paulo — Prodam.

Site: www.prodam.sp.gov.br

Parceiro de implementação: MTel Tecnologia.

Custo: R\$ 1.137.000,00.

Usuários: as empresas que emitem nota fiscal eletrônica na cidade de São Paulo transmitem seus dados pelos equipamentos.

Fornecedores: MTel Tecnologia e Cisco.

Data de término do projeto: julho de 2008.

Principais benefícios do projeto: facilitou a administração e o diagnóstico da rede; permitiu transmitir, com segurança, 9 milhões de notas fiscais por mês.

Mauricio reuniu a equipe para dimensionar o equipamento que usaria para isolar o tráfego de NF-e do resto da Prodam. Eles precisariam de máquinas redundantes de comunicação de dados, máquinas contra invasões, tudo com alta capacidade de processamento. Depois de definir os equipamentos, a Prodam lançou o edital.

A empresa Aynil (que depois foi comprada pela MTel) ganhou o contrato com a oferta de dois equipamentos Cisco Catalyst 6509. “Quem tem um, não tem nada”, diz Mauricio. Cada equipamento cuida de comunicações e de segurança, tudo num só chassi.

Dúvidas sobre capacidade

Depois da licitação, Mauricio planejou a instalação dos equipamentos. Ele queria migrar a rede da NF-e com o menor impacto possível, então marcou a migração para um domingo à noite. Bastou direcionar todo o tráfego da NF-e para a nova rede.

Ainda ficaram algumas bases de dados na rede antiga, pois Mauricio migrou aos poucos. Em julho, toda a estrutura da NF-e estava na nova rede.

Agora, se um dos equipamentos pára de funcionar, o outro assume a operação. A MTel treinou a equipe da Prodam para operar os equipamentos. “Ficou muito mais fácil de administrar”, diz Mauricio.

Sempre que uma empresa — estacionamento, hotel, transportadora — emite uma nota fiscal, as informações fluem pela Internet e passam pelos equipamentos da Prodam para chegar aos servidores do datacenter.

Antes de separar as redes, Mauricio estava preocupado — se o sistema chegasse a 2 milhões de notas por mês, talvez parasse de funcionar. “Agora estamos tranquilos”, ele diz. Hoje o sistema emite uma média de 9 milhões de notas por mês e os equipamentos agüentam bem.

divulgação



Mauricio: o sistema emite uma média de 9 milhões de notas por mês e os equipamentos agüentam bem.

As salas de informática das escolas de São Paulo ganham vida nova

A Secretaria da Educação fez uma pesquisa e identificou que as salas de informática nas escolas estaduais de São Paulo ficavam fechadas. Para os diretores, os alunos quebrariam os computadores, se pudessem. Além disso, os professores não sabiam como desenvolver aulas nos computadores.

A solução era mudar a cultura nas escolas para incentivar o uso das salas de informática.

Os funcionários da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) decidiram reformar as salas; trocaram fios, móveis, computadores, rede de conexão com a Internet; e tiraram dos diretores das escolas a responsabilidade de cuidar das salas e dos computadores.

A partir de abril de 2008, os técnicos da FDE administrariam as salas e arrumariam os computadores que quebrassem. Para administrar as salas, eles instalaram um software de gerenciamento que permite visualizar se os computadores estão ligados, controlar e monitorar o acesso dos alunos e dos professores, e produzir relatórios sobre como os alunos e professores usam os computadores.

12.500 estagiários

Nas salas, os alunos podem navegar à vontade pela Internet — o acesso não está restrito aos módulos pedagógicos. “O que buscamos é que o aluno se familiarize com vários tipos de mídias”, diz Thiago Poço, responsável pelo projeto.

Para Thiago, o aluno pode usar o computador para se comunicar com os amigos, mexer em arquivos de música ou fotos. As salas de informática funcionam fora do período de aulas e podem ser usados pelos alunos e por pessoas da comunidade.

Até agosto de 2008, a FDE montou 250 salas, cada uma tendo em média 15 computadores. Até o final de 2008, deverá

montar 599 salas ao todo; e, até abril de 2010, 4.300 salas ao todo.

Mas os técnicos da FDE perceberam que não basta reformar e equipar as salas, e deram uma sugestão para a Secretaria da Educação. A secretaria deveria contratar estagiários para ajudar os professores nas salas de informática. A secretaria fez um concurso público e contratou 2.100 alunos-monitores.

No total, deverá contratar 12.500 estagiários — num investimento de cerca de R\$ 86 milhões para seleção, capacitação e pagamento de bolsa-salário.

Os estagiários receberam treinamento da Microsoft e aprenderam a mexer nos sistemas de gestão e monitoramento das salas e dos usuários, nos sistemas de apoio às atividades pedagógicas, e no sistema de proteção contra mau uso dos computadores.

Programa ACESSA ESCOLA.

Órgão responsável: Fundação para o Desenvolvimento da Educação — FDE.

Site: www.acessaescola.sp.gov.br

Parceiros de implementação: Secretaria da Educação de São Paulo, Secretaria de Gestão Pública, Fundap, Escola do Futuro – Lidec, TV Cultura/Fundação Padre Anchieta e FUSP.

Custo: R\$ 147.059.878,96.

Usuários: cerca de 4,2 milhões de alunos do ensino fundamental e médio, e 200 mil professores e funcionários das escolas estaduais.

Fornecedores: MStech, Itautec, Aynil, Objetiva, Microsoft, Telefônica, IT2B/Computeasy, Goldnet (D-Link).

Data de término do projeto: abril de 2010, quando o projeto atingirá 4.300 escolas.

Principais benefícios do projeto: inclusão digital; capacitação e contratação de estagiários do ensino médio; desenvolvimento de atividades para a comunidade.

divulgação



Thiago:
o aluno pode usar o computador para se comunicar com os amigos e para mexer com música ou fotos.

Em Paulo Afonso, inclusão digital com economia.

O prefeito de Paulo Afonso, na Bahia, em 2005 tinha a ambição de pôr vários serviços à disposição dos 100 mil habitantes, serviços acessíveis por meio de Internet sem-fio grátis. Algumas áreas rurais de Paulo Afonso ainda nem tinham telefone. A geografia é acidentada: é difícil instalar rádio.

Ao fazer as primeiras contas, a equipe técnica de Paulo Afonso logo descobriu seu principal problema: custos.

A equipe teria de instalar rede de fios em prédios, servidores, torres para a antena de transmissores e de receptores de rádio; teria de construir quiosques; teria de instalar aplicativos.

Para cobrir Paulo Afonso na primeira fase do projeto, teria de instalar 75 pontos de rede WiMAX.

Verlânio Gallindo, assessor de Informática da prefeitura, pensou em trazer de outro estado uma empresa especializada em WiMAX e Wi-Fi,

mas o dinheiro não dava. “Pensamos em alugar a infra-estrutura toda”, diz Verlânio. Mas, a R\$ 98 mil por mês, mais ou menos, a prefeitura gastaria R\$ 6 milhões em cinco anos, e o dinheiro não dava.

A única saída: contratar o mínimo possível de fornecedores externos, e fazer o máximo possível com os funcionários da própria prefeitura.

Além do Orkut

Verlânio coordenou uma série de testes e de estudos, e, em quatro anos, a equipe bolou um sistema de Internet sem-fio a R\$ 5,44 por habitante. A média mundial estava em R\$ 16,00. Ele contratou um professor de WiMAX e Wi-Fi e treinou 18 funcionários. Comprou equipamentos com três anos de garantia, e de baixo custo de manutenção. Assinou um contrato com a Freire Informática, que lhe entregou 22 aplicativos.

“Não tínhamos nada”, diz Verlânio. “Precisamos comprar alguns aplicativos.” Depois disso, a equipe desenvolveu sozinha o resto do sistema. Verlânio diz que inclusão digital não significa dar acesso à Internet para que a população use e-mail, mensagens instantâneas e portais de encontros.

Depois de quatro anos desde que o projeto começou, e depois de quatro meses de desenvolvimento de aplicativos e de manobras com bancos de dados, a prefeitura agora tem sistemas para saúde, educação, folha de pagamento, obituário, tributos.

A população acessa 37 aplicativos, que representam 37 serviços, entre eles: segunda via de IPTU, certidão negativa de débito, boletim escolar, informe de rendimentos, tramitação de processos, tabela com taxas da prefeitura.

Certo dia, os sistemas ficaram fora do ar um dia inteiro para manutenção; a população não parou de ligar para reclamar.

Paulo Afonso Digital.

Órgão responsável: Prefeitura Municipal de Paulo Afonso.

Site: www.pauloafonso.ba.gov.br

Parceiros de implementação: Freire Informática, Softwell Solutions.

Custo: R\$ 3,9 milhões

Usuários: 5 mil funcionários da prefeitura, além da população, inclusive profissionais autônomos.

Fornecedores: FTD Comunicação de Dados (rádios Alvarion), Freire Informática, Softwell Solutions, Proad (computadores HP), Recicabos (cabos Furukawa), Plutons (antenas).

Data de término do projeto: 2008.

Principais benefícios do projeto: redução de custos operacionais, desburocratização, facilidade de acesso à Internet e aos serviços da prefeitura.

divulgação



Verlânio: inclusão digital deve incluir mais do que e-mail e portais de encontros.

Ouro Preto promete um corredor digital

A prefeitura de Ouro Preto promete levar acesso digital para os 11 distritos da cidade até 2009. A partir disso, a prefeitura promete criar um corredor digital para as cidades vizinhas. Pretende fazer isso usando antenas de rádio para criar uma rede sem-fio de alta velocidade.

O problema é que Ouro Preto fica numa região cheia de montanhas e alguns distritos mal têm energia elétrica.

“Alguns distritos utilizam serviços de cidades vizinhas”, diz Fernando Augusto de Oliveira Júnior, superintendente de TI de Ouro Preto. “Além disso a região tem várias áreas rurais.”

Fernando precisa construir toda a estrutura para manter a rede.

O projeto e-Ouro Preto começou em 2006, quando a prefeitura instalou uma antena de rádio no centro da cidade para conectar a prefeitura às secretarias e autarquias.

A rede do centro da cidade funciona com a tecnologia WiMAX e foi montada com ajuda da Intel.

Agora, Fernando estuda várias soluções para levar a infra-estrutura de rede para as áreas rurais e afastadas do centro urbano.

Energia solar

Uma das alternativas é instalar mecanismos de energia solar nessas regiões. “Estamos avaliando o custo do investimento e procurando parceiros.” Fernando sabe que o valor inicial do investimento será alto, mas a energia solar é barata depois de instalada — “e há os ganhos ambientais”.

Além de resolver o problema da energia elétrica, Fernando precisa construir um abrigo para manter as baterias da antena repetidora e precisa erguer as torres onde as antenas de rádio serão instaladas. Só depois disso, ele conseguirá montar a rede e dar serviço para os 11 distritos de Ouro Preto.

A princípio, Fernando pensou em construir

a rede baseada na tecnologia pré-WiMAX, mas ficaria caro. Para reduzir o custo da instalação de infra-estrutura, ele optou por criar outra rede baseada em WiMAX.

“Buscamos uma solução mais econômica; e nossa equipe também se adaptou melhor.”

Quando Fernando terminar a instalação da rede, a prefeitura promete serviços pela web nas áreas de educação e saúde; e também promete câmeras IP de vigilância para promover a segurança do cidadão e do patrimônio público.

O projeto e-Ouro Preto tem orçamento de R\$ 7,5 milhões. Quando a prefeitura terminar o projeto e formar o corredor digital com as outras cidades da região, Fernando acredita que as prefeituras poderão se unir para comprar serviços de telecomunicações em conjunto, e assim elas conseguirão reduzir os custos.

e-Ouro Preto.

Órgão responsável: Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Site: <http://e.ouropreto.mg.gov.br>

Parceiros de implementação: Associação Brasileira de Telecomunicações (Telecom), Instituto Amai-vo's e Ministério das Comunicações.

Custo: R\$ 7.500.000,00.

Usuários: funcionários de escolas, creches, postos de saúde e órgãos de administração direta ou indireta.

Fornecedores: MD Brasil, Itautec, Governança Brasil, Microsoft, Intel, Epson e HP.

Data de término do projeto: agosto de 2010.

Principais benefícios do projeto: inclusão digital; melhor comunicação entre os órgãos da prefeitura; melhor distribuição das informações.

divulgação



Fernando estuda soluções para levar a infra-estrutura de rede para as áreas rurais e afastadas do centro urbano.

O acesso aos serviços da prefeitura de Campinas fica mais fácil

Em Campinas, 1,6 milhão de habitantes precisavam se deslocar até o centro da cidade, no edifício da prefeitura, para resolver um problema ou pedir um serviço. Os funcionários municipais só atendiam ali. Muitas pessoas se cansavam das longas filas e esperas, desistiam, e voltavam para casa sem resolver ou pedir.

A prefeitura tinha prejuízo: a maioria das pessoas esperava na fila para pagar impostos.

Em 2004, os funcionários da Secretaria de Finanças de Campinas procuraram a Informática de Municípios Associados (IMA) para tentar facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços e informações públicos e aumentar o recolhimento de impostos. Estudando os processos, os técnicos da IMA perceberam que era necessário descentralizar o atendimento, criando postos de atendimento móveis.

Para testar a idéia, os técnicos da IMA conseguiram uma van com a empresa de saneamento de Campinas (Sanasa). Três funcionários da prefeitura pegavam a van de manhã e iam para um bairro da cidade atender os moradores.

“O atendimento é feito na hora, o procedimento é registrado no sistema, como se eles estivessem no Paço Municipal”, conta Katia Cereda, gerente de atendimento ao cidadão da IMA. Os técnicos da IMA instalaram na van um computador ligado à Internet e uma impressora, que ficam à disposição dos cidadãos; os cidadãos podem navegar na Internet, ler e-mails e até imprimir o que desejarem.

Tudo gratuito.

A prefeitura lucra

Como o projeto diminuiu as filas na prefeitura, Katia ampliou o serviço em setembro de 2007.

A prefeitura comprou um microônibus e instalou quatro posições de atendimento e mais três de Internet. Cinco funcionários trabalham nele. O ônibus ainda tem uma sala de reuniões.

Hoje, os dois veículos atendem também aos finais de semana, em locais movimentados, em diferentes pontos da cidade. Cada veículo cobre sete pontos em cada um dos sete dias da semana. Isso poupa o morador de Campinas do custo com o transporte.

Desde a implementação, a prefeitura atende 500 pessoas por dia nos dois veículos. Em época de lançamento do IPTU, esse número sobe para 1.700 e representa cerca de 30% do atendimento total do município.

Atualmente a prefeitura e a IMA realizam um estudo sobre os pontos em que prestam o serviço, para saber se mudam alguma coisa.

Facilitando o acesso do cidadão aos serviços públicos, a prefeitura também lucrou. Em seis meses, ela arrecadou R\$ 24 milhões em impostos atrasados.

Atendimento Móvel da Prefeitura de Campinas.

Órgão responsável: Informática de Municípios Associados — IMA.

Site: www.ima.sp.gov.br

Parceiro de implementação: Prefeitura Municipal de Campinas.

Custo: R\$ 75 mil por mês.

Usuários: população de Campinas e funcionários da prefeitura.

Fornecedores: Telefônica e British Telecom; fornecedores indiretos: Sun Microsystems, Claro, D-Link, Blanes, Intel, AMD, Asus, Samsung, LG, HP, Graphon, Trendmicro, SMG e Kingston.

Data de término do projeto: setembro de 2007.

Principais benefícios do projeto: a população não precisa mais ir até o prédio da prefeitura, no centro, para resolver problemas e pedir serviços.

divulgação



Katia: a prefeitura atende 500 pessoas por dia em dois veículos adaptados.

Governo eletrônico para deficientes visuais

João Batista Ferri, diretor do departamento de governo eletrônico do Ministério do Planejamento, olha todos os dias os portais do governo federal. João e equipe têm a tarefa de colocar à disposição de todos os cidadãos todas as informações e serviços eletrônicos do governo. Isso inclui os cidadãos cegos ou com dificuldade de enxergar. João Batista sempre encontra portais sem recursos para esse público. Sempre que isso acontece, o governo desrespeita um decreto que criou: o 5.296, que obriga todos os portais da administração pública a serem acessíveis por pessoas portadoras de deficiência visual.

O governo criou o decreto em 2004 e deu um ano de prazo para o pessoal técnico do governo adaptar os portais públicos. Muito pouco mudou até agora. Os daltônicos (pessoas com problemas para diferenciar cores), explica João Batista, têm problemas para visualizar algumas telas. “Quem tem catarata pode ter problemas para fazer foco.”

Problemas permanentes

A equipe de técnicos da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), também do Ministério do Planejamento, tentou resolver esse problema. Em 2007, eles criaram o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag), um documento baseado em padrões internacionais, para ajudar o pessoal técnico a desenvolver e adaptar os portais do governo para portadores de deficiência visual. Segundo João, a secretaria investiu em treinamento e cursos sobre o e-Mag, mas quem quisesse adotar o padrão, que passou a ser obrigatório nas páginas do governo brasileiro, deveria procurar problemas em seu portal por conta própria, e depois consertá-los. Os problemas continuaram.

Ao analisar a resistência dos órgãos, João Batista descobriu que era preciso facilitar esse trabalho de descobrir problemas em portais.

“Assim, a gente pode popularizar o e-Mag.” João e equipe criaram o Avaliador e Simulador para Acessibilidade de Sítios (ASES).

De acordo com João Batista, o sistema verifica se um determinado portal obedece às diretrizes do e-Mag, exibe telas que simulam como alguém com algum tipo de deficiência visual as enxerga, avalia os códigos e faz um relatório com sugestões para melhorar o acesso. Técnicos da Acessibilidade Brasil, uma organização da sociedade civil de interesse público, ajudaram João Batista no desenvolvimento.

João Batista disponibilizou o ASES no portal Governo Eletrônico e qualquer técnico pode baixá-lo sem custo nenhum. O próximo passo, diz João, é disponibilizá-lo no Portal do Software Público Brasileiro. “Dessa forma, qualquer pessoa poderá aperfeiçoá-lo e criar novas funcionalidades.”

Avaliador e Simulador para Acessibilidade de Sítios (ASES).

Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Site: www.governoeletronico.gov.br

Parceiro de implementação: Acessibilidade Brasil.

Custo: R\$ 247.200,00.

Usuários: técnicos do Ministério do Planejamento e do Senado Federal. Pode ser usado por qualquer pessoa que queira dar acesso mais fácil a internautas portadores de deficiência visual.

Fornecedor: Acessibilidade Brasil.

Data de término do projeto: 2008.

Principais benefícios do projeto: Permite identificar problemas de acessibilidade em portais ou páginas web. Já é aplicado a portais do governo. Contudo, as melhorias sugeridas para cada portal são responsabilidade dos órgãos responsáveis pelo portal.

divulgação



João Batista: desde 2004 os portais do governo deveriam ser acessíveis para deficientes visuais.

Aposentadoria multinacional com agilidade

Funcionários das agências da seguridade social do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai trocam documentos e formulários pelo correio para dar aposentadoria a brasileiros que contribuíram com a previdência nesses outros países ou para estrangeiros que têm direito à aposentadoria no Brasil. O direito foi estabelecido entre esses quatro países do Mercosul.

Como o trâmite é feito por carta, os funcionários e os beneficiários das aposentadorias têm pouco controle sobre os documentos e o andamento do processo. Além disso, muitas vezes a documentação sai incompleta do país de origem e ainda pode sumir no trajeto. Como resultado, a pessoa que quiser receber o benefício espera em média 180 dias para a conclusão do processo, às vezes mais. Um beneficiário chegou a esperar 450 dias, e outro, quatro anos. Além disso,

a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) — que regulamenta o intercâmbio entre as agências — não tem como controlar o processo.

Cópias de documentos

Durante muitos anos, os países falavam em desenvolver um sistema para a troca dessa correspondência. Foi então que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pediu à equipe da Dataprev que resolvesse esse problema. “Nós desenvolvemos um projeto, que depois apresentamos às agências do Mercosul”, conta Rodrigo Novais Coutinho, diretor de relacionamento da Dataprev.

Uma equipe paraibana da Dataprev construiu o SIACI — Sistema de Acordos Internacionais para Seguridade Social. Com ele, os funcionários públicos das agências da seguridade social do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai fazem eletronicamente o trâmite de pedidos de aposentadorias dos beneficiários. Segundo Rodrigo, o INSS pode adaptá-la e usá-la para facilitar o trâmite entre a previdência do Brasil e de outros países fora do Mercosul. “Basta o Brasil fazer um acordo para isso.”

Hoje, o sistema só serve para a troca de dados a respeito de dois documentos necessários para liberar a aposentadoria. “Ele também aceita que imagens sejam anexadas.” Isso permite que cópias de documentos pessoais do beneficiário sejam enviadas ao país destinatário. Até novembro, segundo Rogério, a equipe paraibana da Dataprev desenvolvia outros formulários, que devem agilizar ainda mais o trabalho.

O sistema ainda não está operando com capacidade total, pois os funcionários dos quatro países ainda manobram bancos de dados e aplicativos. Quando tudo estiver online, a OISS poderá criar normas para regulamentar esse processo entre os países, pois com tudo online ela terá como rastrear cada um dos pedidos feitos às agências previdenciárias.

Sistema de Acordos Internacionais para Seguridade Social — Siaci.

Órgão responsável: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência — Dataprev.

Site: www.dataprev.com.br

Parceiro de implementação: o sistema foi desenvolvido pelos técnicos da Dataprev na Paraíba.

Custo: R\$ 326.098,50.

Usuários: funcionários públicos das agências da seguridade social do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Fornecedor: o sistema usa recursos internos da Dataprev, computadores Itautec e processadores AMD.

Data de término do projeto: março de 2009.

Principais benefícios do projeto: o sistema acelera o trâmite dos pedidos de benefícios e de aposentadorias, feitos por brasileiros que contribuíram para a seguridade social em outro país ou por estrangeiros que vieram morar no Brasil.

divulgação



Rodrigo: quem quisesse receber a aposentadoria tinha que esperar em média 180 dias.

A Caixa usa o celular contra as fraudes

Os bancos registram, todos os anos, um grande prejuízo com as fraudes de cartões de crédito e de débito. O prejuízo para as instituições financeiras é tão grande que elas gastam 10% do orçamento de TI com segurança e prevenção a fraudes, segundo a Febraban. Com a Caixa Econômica Federal não é diferente.

As fraudes acontecem porque criminosos especializados clonam e roubam cartões; e usam artifícios para capturar senhas do banco pela Internet. Para evitar que isso aconteça, o cliente precisa ser avisado de operações feitas em sua conta corrente — assim ele consegue identificar um saque, uma compra ou um pagamento não autorizado e consegue avisar o banco rapidamente, evitando prejuízos que, no fim das contas, o banco terá de cobrir.

Os técnicos da Caixa Econômica Federal descobriram uma forma de avisar os clientes usando o celular, uma vez que o Brasil é o quinto país com maior número de aparelhos celulares do mundo — até setembro, já eram 140,8 milhões de celulares, segundo a consultoria Teleco.

Há dois anos, duas equipes da Caixa (TI e negócios) levaram ao conselho diretor um projeto de prestação de serviços que enviaria de mensagens curtas de texto pelo celular (SMS).

Ao cadastrar a conta para receber a mensagem, o cliente é avisado pelo celular a cada transação financeira que faz com seu cartão de débito ou crédito. Segundo Rodrigo Castro, gerente nacional de arquitetura de soluções da Caixa, o cliente recebe a mensagem em, no máximo, dois minutos. Na prática, diz Rodrigo, o cliente recebe a mensagem poucos segundos depois da operação. “O cliente saca o dinheiro no ATM e, enquanto está retirando as notas da máquina, o celular já recebe a mensagem.”

Todo o projeto foi desenvolvido pela Fóton Informática e pelos técnicos da Caixa. “A

principal dificuldade foi a integração com os sistemas legados, mas esse é um desafio a ser superado na utilização de toda nova tecnologia”, diz Rodrigo. A equipe lançou o serviço em abril de 2008. De lá para cá, 177 mil clientes cadastraram suas contas. “Nesse período, enviamos 3,3 milhões de SMS aos nossos clientes.”

Com as 177 mil contas cadastradas no sistema, o banco reduziu o número de fraudes e aumentou a sensação de segurança entre os clientes, que hoje recebem pelo celular alertas das transações de débito em lojas, correspondentes bancários (como lotéricas ou agências do Correio), Internet e caixas eletrônicos. O próximo passo é transmitir saldo e movimentações do FGTS, PIS, liberação de parcelas de seguro desemprego, cobrança de financiamento da casa própria e ações de relacionamento com o cliente.

SMS.

Órgão responsável: Caixa Econômica Federal.

Site: www.caixa.gov.br

Parceiro de implementação: Fóton Informática.

Custo: R\$ 530.000,00.

Usuários: funcionários e clientes da Caixa Econômica Federal.

Fornecedor: Fóton Informática.

Data de término do projeto: abril de 2008.

Principais benefícios do projeto: melhora o controle do cliente sobre a conta corrente e sobre os serviços utilizados na instituição financeira; reduz fraudes com clonagem ou roubo de cartões de débito e crédito.

divulgação



Rodrigo:
o cliente recebe a mensagem poucos segundos depois da operação.

divulgação



Paulo: as pessoas estariam dispostas a pagar pelo acesso, pois não querem ficar sem a rede.

A banda larga muda a rotina dos moradores de Tiradentes

O Ministério das Comunicações instalou rede de banda larga em Tiradentes em 2006. Era um projeto-piloto, de estudos, para depois desenvolver um programa federal de inclusão digital. Mas os 7 mil moradores de Tiradentes gostaram tanto da conexão de banda larga que o Ministério teve de aumentar a rede e dimensionar melhor os equipamentos para atender os moradores.

Antes do piloto, os moradores só conseguiam acessar a Internet por conexão discada de longa distância — a cidade não tinha provedor, as escolas não tinham computadores e a própria prefeitura tinha poucos computadores.

O Minicom queria que a população acessasse a Internet com banda larga, pois assim poderia acessar serviços públicos online. Em parceria com a Cisco, os técnicos do Minicom instalaram equipamentos de

rádio do padrão WiMesh — foi a primeira instalação no Brasil de WiMesh. “O WiMesh”, diz Paulo Abreu, diretor de estratégia para a América Latina da Cisco, “é uma tecnologia adequada para regiões como Tiradentes, com muitas montanhas, construções com paredes espessas e calçamento com paralelepípedo — que prejudicam o sinal.” Depois de um mês acompanhando a rede, os técnicos perceberam que a rede estava sobrecarregada e que precisavam instalar uma antena só para controlar o tráfego de usuário a usuário, ponta-a-ponta.

Mudança de rotina

A instalação da antena para cobrir o centro histórico acabou em 2007; o Minicom estabeleceu um convênio com a Prefeitura de Tiradentes para que a prefeitura, em conjunto com a Universidade Federal de Ouro Preto, administrasse e expandisse a rede (com a coordenação do Minicom).

Em 2008, a prefeitura comprou 12 antenas para ampliar a cobertura para toda a área urbana de Tiradentes, informa Heliomar Lima, diretor do departamento de serviços de inclusão digital do Minicom. “Também instalamos antenas de transmissão via satélite para levar o acesso a duas escolas que ficam mais afastadas.”

Com o acesso de banda larga à Internet, a rotina dos habitantes de Tiradentes mudou. As pousadas, hotéis e restaurantes aceitam reservas pela Internet e anunciam em portais; as escolas ganharam aulas extras; os professores municipais foram treinados; as Universidades Federais de Minas Gerais, de São João Del Rei e de Juiz de Fora passaram a oferecer cursos a distância; e médicos e pacientes podem acessar serviços de telemedicina.

O projeto ainda não se sustenta. Mas a equipe do projeto fez uma pesquisa e descobriu que os moradores estariam dispostos a pagar pelo acesso, pois não querem ficar sem a rede.

Tiradentes Digital.

Órgão responsável: Ministério das Comunicações.

Site: www.tiradentes.mg.gov.br/tiradentes_digital.html

Parceiros de implementação: Universidade Federal de Ouro Preto, Prefeitura Municipal de Tiradentes, Companhia de Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte (Prodabel).

Custo: não informado.

Usuários: funcionários públicos e moradores da cidade.

Fornecedores: Cisco do Brasil, Oi, Syst International e CPM Braxis.

Data de término do projeto: março de 2006.

Principais benefícios do projeto: aumento do número de usuários de Internet; desenvolvimento da economia local; realização de cursos a distância; aumento dos serviços oferecidos pela Internet; no futuro, instalar câmeras IP para proteger o patrimônio histórico (planejado).

A Caixa usa a TV digital para atrair clientes

No ano passado, a direção da Caixa Econômica Federal pediu a Clarice Copetti, vice-presidente de TI, que sua equipe se juntasse às de marketing, publicidade e negócios para descobrir uma maneira de desenvolver um produto para a televisão digital. A Caixa queria mudar sua imagem de banco ultrapassado e facilitar o acesso às informações para a população — clientes ou não.

“A TV Digital foi nossa opção natural por ser inovadora e oferecer serviços que ainda não existem no mercado”, diz Edson Kikoshi, gerente nacional de marketing da Caixa. A TV Digital da Caixa já funciona em algumas regiões do Brasil, mas deve chegar a todo país até 2013.

Cliente curioso

Clarice e as pessoas das outras equipes chegaram à conclusão de que poderiam

criar propagandas interativas, pelas quais a Caixa transmitiria informações sobre os produtos do banco. Assim, o cliente poderia ver a propaganda na televisão de casa e usar o controle remoto da TV digital para visitar a página do produto anunciado. A princípio, a Caixa veicularia comerciais sobre empréstimos pessoais e sobre a compra da casa própria, além de resultados da Loteria Federal.

No final do ano passado, Edson mostrou o serviço para as áreas de negócios do banco. A equipe de TI colocou televisores rodando o aplicativo numa agência da Avenida Paulista, na capital São Paulo. “Os clientes ficavam curiosos, perguntavam para os funcionários o que era aquilo”, diz Edson. “Quando descobriam, passavam alguns minutos testando o produto.”

No momento, explica Edson, os técnicos da Caixa testam a televisão digital em laboratório e escrevem alguns aplicativos para o sistema, como o Loto-TV (que fornecerá os resultados dos concursos); o Habita-TV (que divulgará, em tempo real, as condições de financiamento de imóvel e permitirá ao cliente simular a compra da casa própria); o Calendário-TV (que informará as datas para saques de programas sociais); e o FGTS-TV (o cliente poderá ver o saldo e o extrato do FGTS).

A maioria dos clientes da Caixa é de renda mais baixa, mas, mesmo assim, Edson aposta que eles terão um aparelho digital preparado para a interatividade assim que o serviço estiver disponível. “Brasileiro adora televisão e, por isso, terá uma digital.”

Segundo Edson, a equipe de TI liberará o sistema para as áreas de negócios usarem quando o governo oferecer a interatividade na televisão digital, prevista para acontecer depois de 2010. “A idéia é sermos o primeiro banco a entrar com esse tipo de serviço, assim que a programação interativa for possível na TV digital.”

divulgação



Edson: a equipe de TI liberará o sistema para as áreas de negócios usarem quando o governo oferecer a interatividade na TV digital.

TV Digital Caixa Interativa.

Órgão responsável: Caixa Econômica Federal.

Site: www.caixa.gov.br

Parceiro de implementação: desenvolvido internamente.

Custo: R\$ 30 mil.

Usuários: telespectadores que tiverem TV digital.

Fornecedores: DBA, em parceria com a HDX.

Data de término do projeto: em fase de testes.

Principais benefícios do projeto: a Caixa vai aumentar a interação com os usuários; eles poderão simular os serviços da Caixa.